



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
CAMPUS JAGUARÃO  
CURSO DE LETRAS – PORTUGUES/ESPAÑOL  
E RESPECTIVAS LITERATURAS**

**LEILA AMORIM BRUM**

**O PRECONCEITO LINGUÍSTICO NA SALA DE AULA DE LÍNGUA  
MATERNA NA 7ª SÉRIE DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE JAGUARÃO**

**JAGUARÃO**

**2011**

LEILA AMORIM BRUM

**O PRECONCEITO LINGUÍSTICO NA SALA DE AULA DE LÍNGUA  
MATERNA NA 7ª SÉRIE DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE JAGUARÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),  
apresentado como exigência para  
obtenção do título de Graduação em  
Licenciatura em Letras - Língua  
Portuguesa e Espanhola e respectivas  
literaturas pela Universidade Federal do  
Pampa, Campus Jaguarão.

Orientadora: prof<sup>ª</sup>. Ms. Aden pereira

Jaguarão  
2011

Trabalho defendido e aprovado em:

Banca examinadora:

---

Prof<sup>a</sup> Mestre Aden Rodrigues Pereira - UNIPAMPA

---

Prof<sup>a</sup> Doutora Renata Silveira da Silva -UNIPAMPA

---

Prof<sup>a</sup> Mestre Alessandra Ávila – UFFS

À meu esposo Celso, meus filhos Max, Raí e Luiz Inácio pelos atos de apoio e compreensão que contribuíram para o meu crescimento e formação. À professora e amiga Aden Rodrigues Pereira pelo tempo e paciência a mim dedicados e às minhas novas amizades adquiridas durante o percurso, meus mais sinceros agradecimentos e carinho a todos.

## RESUMO

O presente estudo foi inspirado pelas longas e produtivas discussões realizadas durante a graduação em Letras, especialmente na área de Sociolinguística, que sempre focaram na preocupação em saber como são tratadas hoje as variedades linguísticas na escola tanto por parte dos professores como pelos próprios alunos e pelo fato dessa pesquisadora ter sido vítima de preconceito ao ingressar em uma determinada escola pública. Assim, este trabalho trata de uma reflexão inicial acerca do preconceito linguístico na sala de aula de escolas públicas de Jaguarão, realizada através de pesquisa de campo, tendo como foco o aluno e sua identidade linguística bem como o professor de Língua Portuguesa e sua atuação no que tange as diferenças linguísticas. A referida reflexão contou, além da análise de entrevistas, com o apoio de teorias linguísticas baseadas em textos voltados para a Sociolinguística, Análise de Discurso e Práticas da Sala de Aula de Língua Materna. Essa pesquisa foi realizada em cinco escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal da cidade de Jaguarão localizadas na periferia. Na análise dos dados da pesquisa, procurou-se verificar se existem manifestações de discriminação entre os alunos e colegas que apresentam variações discursivas diferentes e como os professores trabalham o uso da língua. Também foram entrevistados cinco profissionais que trabalham a Língua Portuguesa e vinte e cinco alunos destas mesmas escolas, abordando questionamentos direcionados à área de língua materna com o objetivo de analisar a visão de cada um em relação à Língua Portuguesa. A partir da análise dos resultados, procurou-se verificar se existe ou não o preconceito linguístico dentro da escola e qual a visão de professores e alunos em relação à Língua Portuguesa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sociolinguística, Preconceito Linguístico, Escola.

## RESUMEN

Este estudio se inspiró en las largas y productivas discusiones durante la graduación en Letras, especialmente en el área de la Sociolingüística, que han centrado su preocupación en cómo se tratan hoy en día, las variedades lingüísticas en la escuela por los profesores y los dicentes y el hecho de que este investigador ha sido víctima de los prejuicios al unirse a una escuela pública en particular. Este trabajo es una reflexión inicial sobre los prejuicios lingüísticos en las clases de las escuelas públicas en Yaguarón realizada a través de la investigación de campo, centrado en el estudiante y su identidad lingüística, así como el profesor de Lengua Portuguesa y su actuación a respecto de las diferencias lingüísticas. La reflexión y el análisis de las entrevistas, contó con el apoyo de textos direccionados a las teorías lingüísticas basados en la Sociolingüística, Análisis del Discurso y Prácticas en las clases de Lengua Materna. Esta investigación se llevó a cabo en cinco Escuelas Municipales primarias de contexto crítico de la ciudad de Yaguarón. En el análisis de los datos de la investigación, hemos tratado de ver si hay manifestaciones de discriminación entre los alumnos y sus pares que presentan variaciones discursivas y cómo trabajan los profesores el uso del lenguaje. También se entrevistó cinco profesionales que trabajan la Lengua Portuguesa y veinticinco alumnos en estas mismas escuelas, frente a las preguntas direccionadas a la lengua materna con el fin de analizar la visión de cada uno en relación a la Lengua Portuguesa. A partir del análisis de los resultados, hemos tratado de determinar si hay prejuicio lingüístico dentro de la escuela y cuál es la visión de los profesores y los estudiantes en relación a la Lengua Portuguesa.

**PALABRAS CLAVE:** Sociolingüística, los prejuicios de idiomas, escuela.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	10
2.1 Língua e Linguagem.....	11
2.2 A Sociolinguística .....	12
2.3 Norma Padrão e Norma “não Padrão” .....	13
2.4 O que é Preconceito Linguístico?.....	15
2.5 As Variedades Linguísticas na sala de aula e os PCNs .....	17
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	21
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....	22
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	27
6 REFERÊNCIAS .....	29
7.ANEXOS .....	31
7.1 Anexo I.....	31
7.2 Anexo II .....	35
7.3 Anexo III.....	36

## 1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho é fruto das inquietações desta pesquisadora, surgidas mesmo antes de se tornar uma acadêmica do Curso de Letras, tendo em vista as vivências pessoais da mesma que ao ingressar em uma escola pública de Jaguarão foi vítima de preconceito por ter nascido e vivido, durante um determinado período, em uma cidade do interior do Rio Grande do Sul em que a maioria dos moradores eram colonos italianos e sua fala possuía características predominantes daquela região. A partir de tais experiências, bem como do que foi estudado ao longo do Curso de Letras, deu-se início a uma pesquisa acerca do preconceito linguístico na sala de aula das escolas públicas de Jaguarão com o objetivo de investigar se acontece o preconceito linguístico em sala de aula, verificar se os educadores têm conhecimento do referido assunto, de que forma eles atuam em situações discriminatórias e preconceituosas em relação à fala e o que fazem para tentar mudar essa realidade no dia a dia escolar. Também é de interesse dessa pesquisa, tentar despertar o interesse pela busca de novas concepções de ensino que contribuam para que a escola possa acolher os seres humanos, levando em conta que cada ser é único e portador de diferenças que devem ser respeitadas.

Para tanto, fez-se necessário analisar a postura de professores nas escolas de nosso município no tocante ao tratamento dado à linguagem em sala de aula, bem como junto aos alunos no decorrer dos processos de ensino e aprendizagem de língua materna, através de entrevistas realizadas tanto com os docentes quanto com os discentes das escolas.

Por isso, entende-se que os estudos teóricos sobre Sociolinguística e as Práticas de Sala de Aula de Língua Materna, dentre outros, poderiam contribuir para que se estabelecesse um parâmetro de investigação da ocorrência de possíveis situações de preconceito linguístico em relação à fala dos alunos. Uma vez existindo, se investigaria o quanto o professor consegue trabalhar de modo eficiente essas situações nas aulas de Língua Portuguesa considerando a questão da inclusão social.



Para maior clareza, o trabalho foi dividido em 07 capítulos, sendo que o primeiro é esta introdução onde são apresentados o tema e os objetivos da pesquisa realizada. No segundo capítulo é apresentada a fundamentação teórica utilizada para a realização do mesmo; no capítulo 3 estão explicitados os métodos utilizados na efetivação da referida pesquisa, bem como no capítulo 4 analisa-se e discute-se os resultados obtidos na investigação; no capítulo 5 estão expostas as considerações finais, no capítulo 6, o referencial bibliográfico, e por fim, no capítulo 7, os anexos.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Considerando que o Brasil é um país de múltiplas culturas, estudiosos<sup>1</sup> tem mostrado que existe hoje, dentro e fora da escola, uma grande variedade linguística tanto de cunho social, regional, etário como profissional, o que parece causar certa dificuldade em lidar com as diferenças linguísticas daqueles que trazem, em sua identidade, características que, de acordo com alguns, são considerados "diferentes" por sua forma de falar ou de se expressar como um todo, tanto por parte dos alunos como dos professores.

Desse modo, a preocupação maior se dá porque pensa-se que o possível despreparo dos profissionais que trabalham a Língua Materna poderá levar os alunos, oriundos das mais diversificadas origens (regionais, sociais, étnicas, etc.), a serem vítimas de preconceito, podendo então, gerar problemas de interação entre estes bem como entre alunos e professores, o que tenderá a fazer da sala de aula um local em que a perda da identidade cultural e a exclusão social sejam uma constante.

Assim, ao olhar a escola em seu contexto histórico, é possível afirmar que muitas mudanças ocorreram ao longo do tempo, mas também pode-se perceber que ainda está entranhado no sistema educacional um certo conservadorismo preconceituoso não só em relação à língua falada, mas também em relação à cor, raça, religião, classe social, sexo, etc que, de certa forma parece renovar-se através dos instrumentos tradicionais de ensino da língua e também através dos meios de comunicação que pretendem ensinar o que é "certo" e o que é "errado".

Para tanto, pensa-se ser importante arrolar algumas teorias linguísticas que procuram explicar os comportamentos linguísticos humanos e ainda, através delas, fundamentar teoricamente este trabalho no sentido de subsidiar a pesquisa que aqui será foco de análise.

---

<sup>1</sup> Um dos principais autores que fala sobre variedades é o Marcos Bagno, que escreveu livros como: "Preconceito linguístico o que é e como se faz" e "a Língua de Eulália" que falam ambos sobre as variedades linguísticas .

## 2.1 Língua e Linguagem

O linguista Ferdinand de Saussure, considerado o pai da Linguística, que a partir de seus estudos na França e após publicação da obra *Cours de Linguistique Générale* (Curso de Linguística Geral), em 1916, reunida pelos ex-alunos de Saussure: Charles Bally e Albert Sechehaye, teve grande contribuição na construção de uma nova forma de ver e de estudar a linguagem. Para ele, a língua é o principal objeto de seu estudo em oposição à fala considerada algo individual. Ele vê a língua como um sistema de regras, visto que ela é concebida como um sistema completamente estático, homogêneo, regular (apud HORA, 2004, p.15) – privilegiando o caráter formal e estrutural do fenômeno lingüístico (apud ALKIMIM, 2001, p.23).

Saussure, assim, analisava a língua como um conjunto de unidades organizadas que formam um todo, pois “sua intenção não era formar um sistema de uma língua particular, mas elaborar um sistema de conceitos gerais que pudesse dar conta de todas as línguas” (apud HORA, 2004, p. 15). Em seu estudo, Saussure não considerava o falante e as variedades lingüísticas, pois via a língua como um “sistema subjacente à atividade da fala, mais concretamente, é o sistema invariante que pode ser abstraído das múltiplas variações observáveis da fala” (apud ALKIMIM, 2001, p. 28).

Como uma contraponto, Lyons (1981,p.2) diz que a língua falada é fundamental, ou seja, mais importante do que a língua escrita.

Para ele “a língua falada é usada em uma ampla gama de situações, servindo a escrita como substituta da fala apenas nas ocasiões em que a comunicação vocal-auditiva é impossível, inafiançável ou ineficiente.”( LYONS,1981,p.10). Ele diz que o emprego da língua falada em situações onde só seria possível até então, o uso da língua escrita, foi possibilitado a partir da invenção do telefone e do gravador. (LYONS, op.cit)

Desse modo, destacamos aqui a importância de que deve ser dada à língua falada, uma vez que é através dela que se efetivam os discursos e as interações dos sujeitos no contexto social.

## 2.2 A Sociolinguística

A Sociolinguística, por sua vez, efetivou-se como ciência a partir do reconhecimento da importância da fala, pois seu foco principal é analisar o fenômeno linguístico numa abrangência dialetal e variacional, observando os contextos de fala e os fatores que influenciam na ocorrência das mudanças linguísticas.

Conhecida como Teoria da Variação, ela estuda a língua em uso na comunidade de fala, levando em consideração a língua como algo social, visto que ela concebe a língua como uma estrutura viva que varia de acordo com a região onde é empregada, ou seja, possui caráter heterogêneo. A respeito deste tema Bortoni-Ricardo (2005) afirma:

A Sociolinguística se ocupa principalmente das diversidades nos repertórios linguísticos das diferentes comunidades conferindo às funções sociais que a linguagem desempenha a mesma relevância que até então se atribuía tão-somente aos aspectos formais da língua. Ou seja, seu objeto de estudo é a língua falada em um contexto social, em uma situação real de uso. Pois a língua é instrumento complexo, com várias possibilidades de uso. Essas possibilidades são geradas porque o homem é um ser subjetivo que a utiliza em diversas situações. Por isso, pode-se dizer que cada falante usa a língua da forma que considera melhor para exprimir seu pensamento, não deixando de ser uma questão de gosto. (p.20)

Dessa forma, a Sociolinguística leva em consideração tanto o caráter individual quanto o social da língua que variam no tempo e no espaço, visto que cada indivíduo possui um modo particular e pessoal no momento da fala, sendo que tal modo depende de vários fatores, tais como: sexo, idade, origem de quem fala, ambiente sociocultural em que esse indivíduo vive, contexto em que a fala acontece, etc. Assim, essas variações são regidas por um mesmo conjunto de regras, por uma “língua” comum.

Em relação às variedades linguísticas não se pode deixar de mencionar ainda Marcos Bagno (2007) visto que ele diz: “todas as variedades linguísticas se equivalem, todas tem sua lógica de funcionamento, todas obedecem a regras gramaticais que podem ser descritas e explicadas”, daí pode-se afirmar que não existe falar “melhor”, “mais bonito”, pois todos os modos constiutem-se em um Português que age no inconsciente dos falantes.(Bagno, p.48)

Com base também na Sociolinguística e em seus estudos, Travaglia (1997) afirma que:

Todos sabem que existe um grande número de variedades linguísticas, mas, ao mesmo tempo que se reconhece a variação linguística como um fato, observa-se que a nossa sociedade tem uma longa tradição em considerar a variação numa escala valorativa, às vezes até moral, que leva a tachar os usos característicos de cada variedade como certos ou errados, aceitáveis ou inaceitáveis, pitorescos, cômicos etc. (p. 41)

Desse modo, os indivíduos que não dominam a “língua padrão” sofrem vários tipos de preconceitos por parte dos grupos sociais a que pertencem e acabam sendo excluídos, atitude essa que Marcos Bagno (1999) denomina de Preconceito Linguístico.

E é aqui que esse trabalho parece ganhar maior relevância como uma contribuição aos estudos da Sociolinguística, principalmente no resultado, no impacto que os estudos dessa área do conhecimento linguístico apresenta ou não nas práticas de sala de aula de língua materna nas escolas municipais de Jaguarão, em especial na 7ª série do Ensino Fundamental.

### **2.3 Norma Padrão e Norma “não Padrão”**

A língua falada em todas as partes do mundo, assim como em nosso país, apresenta diversas variedades que possuem uma regra para garantir a unidade lingüística sendo que uma delas é institucionalizada como a norma padrão do idioma que encontra-se nos dicionários, gramáticas e livros didáticos. Ela é utilizada na escrita ou em situações mais formais como: palestras, entrevistas de emprego, discursos, etc. Conforme Alkimim (2001), pode-se dizer que a norma padrão é caracterizada por um conjunto de regras que sistematiza a língua procurando “corrigir os erros” cometidos pelos falantes. (p.40)

No entanto, deve-se considerar que, no momento em que se dá ênfase à norma padrão, acaba-se por desconsiderar as muitas outras variedades da fala utilizadas pela maioria da população. A sociedade considera que quem fala de acordo com a norma padrão, de forma “correta” tem maior chance de ascensão, é considerado “culto” e a grande maioria, que não tem acesso a esse “falar correto”, costuma ser considerada “ignorante” ficando socialmente excluída. Bortoni-Ricardo(2005), dessa forma, considera o código como origem desse problema e propõe que o mesmo seja substituído por uma variedade lingüística “popular.” (p.15). Isso no entanto, parece ser difícil, pois há uma grande diversidade étnica, racial e principalmente lingüística em nosso país, por isso Bagno destaca que (op. cit.):

A verdade é que no Brasil, embora a língua falada pela grande maioria da população seja o português, esse português apresenta um alto grau de diversidade e de variabilidade, não só por causa da grande extensão do país – que gera as diferenças regionais, bastante conhecidas e também vítimas, algumas delas, de muito preconceito – mas principalmente por causa da trágica injustiça social que faz do Brasil o segundo país com a pior distribuição de renda em todo o mundo.(p.16)

Pode-se dizer que Bagno considera como principal fator de exclusão lingüística a questão sócio-financeira, que por sua vez garante maior valorização cultural a quem possui um

poder aquisitivo privilegiado. É por isso que Bortoni-Ricardo (2005) afirma que “o caminho para uma democracia é a distribuição justa de bens culturais, entre os quais a língua é o mais importante”. (p.15)

Assim é que o fator lingüístico parece ser mais característico, uma vez que revela, geralmente, a origem e a cultura às quais o indivíduo pertence. É dessa forma que a exclusão lingüística é reafirmada porque a mídia, a televisão, o rádio e as revistas, parecem demonstrar sua intenção de ensinar o que é “certo” e o que é “errado”, bem como as gramáticas e os livros didáticos (BAGNO, op.cit., p. 13), deixando à margem o falante ativo da língua que acaba por acreditar que seu modo de falar é, de fato, “errado”. Assim, para Bagno, “saber uma língua, no sentido científico do verbo saber, significa conhecer intuitivamente e empregar com naturalidade as regras básicas de funcionamento dela”. ( p. 35).

Desse modo, ainda precebe-se que a escola, juntamente com a mídia, privilegia o falar de uma determinada região, desconsiderando o falar do aluno. Essas supervalorizam a “norma culta” desprezando as variações regionais, transformando o aluno que carrega essa identidade “diferenciada” em alvo de brincadeiras que, muitas vezes beiram às práticas de “bulling”.<sup>2</sup>

Sobre essa questão, Lyons (1981) afirma o seguinte:

A questão é que certas diferenças fonéticas entre sotaques podem ser estigmatizadas pela sociedade, da mesma forma como certas diferenças lexicais e gramaticais entre dialetos o são. Pais e professores tentam frequentemente eliminar o que consideram como marcas de status social inferior ou como regionalismos. Mesmo se não são bem-sucedidos, eles terão desempenhado a função no perpetuamento da crença geral na comunidade lingüística de que a pronúncia tal é indicadora de inferioridade social ou de educação, e isto tem como efeito aumentar a sensibilidade da maioria das pessoas em relação ao assunto.(p.203)

Tal situação ainda parece ocorrer porque as gramáticas e gramáticos tradicionais “estudam a língua como uma coisa morta, sem levar em consideração as pessoas vivas que a falam” (BAGNO, op.cit., p. 9). E infelizmente é apenas essa gramática que é estudada nas escolas, sendo o aluno obrigado a reproduzi-la nos trabalhos escolares à exaustão.

Assim, é preciso considerar que, do ponto de vista lingüístico, todas as maneiras de falar se equivalem, visto que todas elas atendem às necessidades dos falantes. Desse modo, parece ser imperativa a reflexão de que a superioridade é apenas uma construção cultural e

---

<sup>2</sup> É a prática repetitiva de violência física ou psicológica de um grupo de alunos contra uma única vítima ou um grupo pequeno de vítimas.

social, a partir da qual pessoas pertencentes a classes sociais privilegiadas são consideradas superiores em sua fala.

Essa superioridade, portanto, só parece existir do ponto de vista da hierarquia social, visto que as diferenças na fala de cada pessoa se dão de acordo com o contexto, a finalidade e a quem se fala e não no montante que possuem em suas contas bancárias.

Desse modo, sabe-se que a língua atua como um forte instrumento de poder social, visto que tem mais influência na sociedade aquele que mais se aproxima da língua culta ou “cultuada”, tornando-se um indivíduo “letrado”. Contudo, umas das armas mais eficazes para o combate ao preconceito lingüístico seria o esclarecimento de que a gramática não é a língua. Assim, conforme o que diz Bagno (op. cit.) “O preconceito lingüístico está ligado em boa medida à confusão que foi criada no curso da história entre língua e gramática normativa. Nossa tarefa mais urgente é desfazer essa confusão.” (p.9)

Assim, entende-se que mais importante do que delimitar territórios lingüísticos, deve-se levar o aluno ao entendimento da diversidade lingüística existente ao seu redor, levando-o, assim, a respeitar e incluir o outro em seu universo sócio-cultural de modo a enriquecer seu vocabulário, suas formas de expressão e sua própria aquisição de conhecimento dentro e fora de sua comunidade de origem, com vistas a exercer seu papel de cidadão em uma sociedade diversificada e viva.

## **2.4 O que é Preconceito Linguístico?**

Marcos Bagno (1999), em seu livro *Preconceito Linguístico*, afirma que “preconceito é um resultado da ignorância, da intolerância ou da manipulação ideológica” (p. 13), uma vez que só existe língua se houver seres humanos que a falem. Ele afirma que parece haver uma constante luta contra as mais variadas formas de discriminação mas que não atinge uma delas que é muito comum na nossa sociedade: o preconceito lingüístico.

Essa discriminação preconceituosa se dá porque estamos envolvidos em um “jogo” de “certo e errado” que domina a nossa sociedade em relação à língua.

E é em defesa das classes menos privilegiadas, dando o direito de igualdade no uso da língua, que Maurízzio Gnerre (2001) no livro “Linguagem, escrita e poder” diz que “A Constituição afirma que todos os indivíduos são iguais perante a lei, mas essa mesma lei é redigida numa língua que só uma parcela pequena de brasileiros consegue entender” (p.10).

Assim, os cidadãos, apesar de declarados iguais perante a lei, são, na realidade, discriminados já na base do mesmo código em que a lei é redigida. A maioria dos cidadãos

não tem acesso ao código ou, às vezes, tem uma possibilidade reduzida de acesso, constituída pela escola e pela "norma pedagógica" ali ensinada. (GNERRE,op.cit p.10). De acordo com o autor, a discriminação social acontece na própria Constituição. E acrescenta:

... nem todos os integrantes de uma sociedade têm acesso a todas as variedades e muito menos aos conteúdos referenciais. Somente uma parte dos integrantes das sociedades complexas, por exemplo, tem acesso a uma variedade 'cultura' ou 'padrão', considerada geralmente a 'língua', e associada tipicamente a conteúdos de prestígio. A língua padrão é um sistema comunicativo ao alcance de uma parte reduzida de uma comunidade... (GNERRE,1998 p.06).

Bagno (op. cit.), nesse aspecto concorda com Gnerre, acrescentando que muitas vezes os falantes das variedades desprestigiadas não usufruem totalmente de seus direitos de cidadãos por não compreenderem a linguagem empregada pelos órgãos públicos.

A esse respeito, Bortoni-Ricardo (1984), coloca que:

A idéia de que somos um país privilegiado, pois do ponto de vista lingüístico tudo nos une e nada nos separa, parece, contudo, ser apenas mais um dos grandes mitos arraigados em nossa cultura. Um mito com conseqüências danosas, pois na medida em que não se reconhecem os problemas de comunicação entre falantes de diversas variedades da língua, nada se faz também para resolvê-los.(apud BAGNO, 1999,p.18)

Portanto, para Bagno (op. cit.) "Da mesma forma como existem milhões de brasileiros sem terra, sem escola, sem teto, sem trabalho, sem saúde, também existem milhões de brasileiros sem língua" e o autor acrescenta "são chamados de 'os sem língua' por não terem acesso à língua ensinada na escola". (p.16)

Bagno também utiliza um argumento contundente para explicar que a língua falada no Brasil, a Língua Portuguesa, não é compacta, coesa nem homogênea:

...português é um grande 'balaio de gatos', onde há gatos dos mais diversos tipos: machos, fêmeas, brancos, pretos, malhados, grandes, pequenos, adultos, idosos, recém-nascidos, gordos, magros, bem-nutridos, famintos etc. Cada um desses gatos é uma variedade do Português brasileiro, com sua gramática específica, coerente, lógica e funcional. Cada um desses "gatos" é uma variedade do português brasileiro, com sua gramática específica, coerente, lógica e funcional. (BAGNO, op. cit., p. 18).

Para esse autor, brasileiro sabe falar português sim e explica essa afirmativa dizendo que "nosso português é diferente do português falado em Portugal". (BAGNO,op. cit., p. 23). No entanto, foi por termos sido colônia de Portugal, que pareceu mais cômodo dar-se o nome à nossa língua de Português.



Contudo, o que muito colabora para que o preconceito linguístico se reafirme, parece ser o condicionar-se o ensino da Língua Portuguesa à gramática, pois muitos acreditam que “saber falar e escrever” de acordo com as regras da gramática normativa garante uma excelente formação. Essa crença parece ser muito divulgada em colunas de jornais, programas de rádio e televisão e até mesmo pela escola.

Mais uma vez, segundo Bagno(op. cit.), o enorme poder de influência dos meios de comunicação e dos recursos da informática poderiam ser de grande utilidade se fossem usados precisamente na direção oposta: na destruição dos velhos mitos, na elevação da auto-estima linguística dos brasileiros, na divulgação do que há de realmente fascinante no estudo da língua.

## **2.5 As Variedades Linguísticas na sala de aula e os PCNs**

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, doravante PCNs, de Língua Portuguesa, as variantes linguísticas devem ser respeitadas, pois não há um modo “certo” ou “errado” de falar.

Eles deixam claro que reconhecem a língua como um veículo de transmissão de diferentes culturas . Os PCNs(1997) tratam a linguagem com base no conceito de adequação, o que neles está claramente explicitado da seguinte forma:

A questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de fala utilizar, considerando as características do contexto de comunicação, ou seja, saber adequar o registro às diferentes situações comunicativas. (...) A questão não é de correção da forma, mas de sua adequação às circunstâncias de uso, ou seja, de utilização eficaz da linguagem: falar bem é falar adequadamente, é produzir o efeito pretendido. (pp.31-2)

Em relação às variedades linguísticas na sala de aula decorrentes das diferenças regionais, de faixa etária, de grupo social, etc, os PCNs apresentam o seguinte:

Há muito preconceito decorrente do valor atribuído às variedades padrão e ao estigma associado às variedades não-padrão consideradas inferiores ou erradas pela gramática. Essas diferenças não são imediatamente reconhecidas e, quando são, são objeto de avaliação negativa.(p.31)

Como orientação para o Ensino Fundamental, os PCNs apontam para que questões como a variação linguística sejam trabalhadas em sala de aula, assim defendem que se deve

“Utilizar diferentes registros, inclusive os mais formais da variedade lingüística valorizada socialmente, sabendo adequá-los às circunstâncias da situação comunicativa de que participa.” (p.41).

Além desse objetivo, também se espera que o aluno “seja capaz de verificar as regularidades das diferentes variedades do português, reconhecendo os valores sociais nelas implicados” (PCN, 2001, p.52), ou seja, espera-se que os alunos não somente conheçam as variedades da língua materna, mas também que combatam o preconceito que existe contra as formas populares em oposição às formas utilizadas por grupos socialmente prestigiados.

Por outro lado, verifica-se que a maioria da população se utiliza do português não-padrão tanto para falar quanto para escrever. Assim, esse Português é utilizado por pessoas de classes sociais menos privilegiadas que acabam por ser vítimas de mais um preconceito que perpassa sobre elas, o lingüístico.

Soares(1994) em seu livro “Linguagem e Escola” escreve:

Um ensino de língua materna comprometido com a luta contra as desigualdades sociais e econômicas reconhece, no quadro dessas relações entre a escola e a sociedade, o direito que têm as camadas populares de apropriar-se do dialeto de prestígio, e fixa-se como objetivo levar os alunos pertencentes a essas camadas a dominá-lo, não para que se adaptem às exigências de uma sociedade que divide e discrimina, mas para que adquiram um instrumento fundamental para a participação política e a luta contra as desigualdades sociais.(p.78)

E Cagliari (1995) acrescenta que os modos diferentes de falar ocorrem porque as línguas se transformam ao longo do tempo, adotando características de grupos sociais diferentes. Por isso a evolução no modo de falar não degenera a língua, não há “certo ou errado”, mas diferentes modos. Assim, quando falamos com uma autoridade falamos de um jeito, e quando falamos com parentes e amigos adotamos outro tipo de linguagem, mais informal.(p.81)

Marcuschi (2001), por sua vez, reforça que falar ou escrever “bem” não é ser capaz de adequar-se às regras da língua mas sim, usá-la adequadamente para produzir um efeito de sentido pretendido numa dada situação.(p.9). Também considera que a língua falada ou escrita, reflete a organização da sociedade, pois mantém relações com as representações e as formações sociais.(p.35) . Desse modo é importante que se parta sempre da oralidade para a escrita, trabalhando as diferenças e semelhanças entre as modalidades falada e escrita, visto que o fim maior do ensino da língua “é o pleno domínio e uso de ambas as modalidades nos seus diferentes níveis”.

Por isso, na sala de aula deve-se facilitar o domínio da escrita respeitando a variedade lingüística de cada um e partir dessa variedade para, assim, motivar o aluno valorizando o seu conhecimento inato. Entretanto, para que essa valorização seja possível, é necessário que a escola se livre dos mitos de que brasileiro não sabe falar português, que a fala de uma região é melhor que a de outras, que falar correto é falar de acordo com a gramática, que português é uma língua difícil, que é preciso “consertar” a fala do aluno para que ele aprenda a escrever corretamente.

Como já foi falado anteriormente, há no Brasil uma grande variedade lingüística o que exige a normatização da língua, a chamada norma padrão, criada para possibilitar um melhor entendimento entre todos os falantes. Mas isso não significa que ela seja o único modo “correto” de se comunicar. Ela simplesmente existe para garantir uma unidade lingüística e que deveria ser modificada conforme as mudanças ocorridas no modo de falar da população como um todo. (BAGNO,1999)

Gnerre (1998, p.25) acrescenta ainda que “a gramática normativa escrita é um resto de épocas em que as organizações dos Estados eram explicitamente ou declaradamente autoritárias ou centralizadas”. Já para Bagno(2001), a Gramática Tradicional (GT) está presa ao passado:

uma última tarefa importante na identificação da Gramática Tradicional como uma ideologia, parece-me, é mostrar de que modo as ideologias conservadoras – entre as quais incluo a GT – privilegiam um discurso totalmente voltado para o passado, num processo de des-historicização desse discurso, que passa a ser, assim, uma “grande verdade” atemporal, estática, autônoma, eterna e imutável em relação à situação histórico-social que a produziu, independente das lutas sociais que o conformaram.(p.37)

Desse modo, parece ser pertinente afirmar que a metodologia que trabalha somente a língua padrão nas escolas, está equivocada e que seria de extrema importância que os professores de Língua Portuguesa tivessem acesso a informações de como trabalhar a língua através de uma formação lingüística para que valorizassem a fala considerando as variações e mudanças lingüísticas dos alunos.

A esse respeito, Bagno (2006), acrescenta:

O profissional da educação tem que saber reconhecer os fenômenos lingüísticos que ocorrem em sala de aula, reconhecer o perfil sociolingüístico de seus alunos para, junto com eles, empreender uma educação em língua materna que leve em conta o grande saber lingüístico prévio dos aprendizes e que possibilite a ampliação incessante do seu repertório verbal e de sua competência comunicativa, na construção de relações sociais permeadas pela linguagem cada vez mais democráticas e não discriminadoras. Entendemos que a prática docente implica aprendizagem por parte dos alunos, bem como aprendizagem, ou reaprendizagem, por parte dos que ensinam - os professores. Temos muito a aprender com os alunos a quem ensinamos.(p.8)

Bago(2001) coloca que as diferenças sociolingüísticas não podem ser desconsideradas e que uma das tarefas da escola ao ensinar a língua seria discutir os valores sociais de cada variante lingüística de modo a esclarecer ao aluno que sua produção lingüística, oral ou escrita estará sempre sujeita a uma avaliação social tanto positiva quanto negativa.

Caberia à escola, então, desenvolver competências de uso da variedade culta que realmente está em uso, bem como levar o aluno a transitar pelas demais variedades de forma não preconceituosa.

Dessa forma, para Soares (1994), uma escola transformadora é:

Uma escola consciente de seu papel político na luta contra as desigualdades sociais e econômicas e que, por isso, assume a função de proporcionar às camadas populares, através de um ensino eficiente, os instrumentos que lhes permitam conquistar mais amplas condições de participação cultural e política de reivindicação social.( p.73)

### **3 METODOLOGIA DA PESQUISA**

A presente investigação foi realizada através de pesquisa de campo, de cunho quali-quantitativo dando ênfase à análise dos dados e à interpretação dos mesmos tendo alunos e professores como sujeitos da pesquisa. Assim, foi analisada a linguagem por eles utilizada dentro da realidade das salas de aula de língua materna.

O primeiro passo dado teve como inspiração vivências da pesquisadora e estudos realizados sobre preconceito linguístico, a partir do qual elaborou-se um projeto de pesquisa em que foram definidos a delimitação do tema, objetivos, público alvo, tempo de duração da pesquisa e embasamento teórico.

Em seguida, elaborou-se dois questionários embasados em um referencial teórico pertinente ao assunto a ser investigado: um destinado aos professores de Língua Portuguesa, todos da rede pública municipal e outro aos alunos, todos da sétima série, com faixa etária entre 12 e 16 anos, estes também da rede pública municipal.

O passo seguinte foi a abordagem de alunos e professores para a efetivação da pesquisa. Os dados analisados foram então coletados através de entrevistas em cinco escolas da rede pública municipal da cidade de Jaguarão, abrangendo cinco profissionais da área de Língua Portuguesa e vinte e cinco alunos da 7ª série, sendo cinco de cada escola. A maioria dos alunos entrevistados nasceram em Jaguarão e fazem parte da mesma comunidade com exceção de uma escola que, por estar localizada numa região central, recebe alunos de diferentes bairros.

Após a realização das entrevistas analisou-se os dados que possibilitaram captar a existência ou não de Preconceito Linguístico, bem como levantar subsídios para que o professor repense suas práticas no trabalho com a língua em sala de aula.

#### 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir dos dados coletados durante as entrevistas com alunos sujeitos da pesquisa, verificou-se que 11 eram meninos e 14 eram meninas, com idade entre 12 e 16 anos, sendo que todos residem em Jaguarão.

A maioria dos seus pais tem idade entre 30 e 53 anos e quanto ao grau de escolaridade dos pais, 2 dos alunos não souberam responder, mas, dos que responderam, afirmaram que 16 pais tinham o Ensino Fundamental incompleto e 2 o tinham completo, sendo que 5 apresentavam o Ensino Médio completo. Já as mães apresentam idade entre 28 e 49 anos e 3 com Ensino Fundamental completo, 16 com fundamental incompleto, 1 analfabeta e 1 com ensino superior.

Todos moram com a família e 23 são participantes de atividades culturais, sendo que somente 8 tem acesso à internet dentro de casa, 7 na escola e 9 em “lan house”; 19 dizem apresentar o hábito de leitura e 17 frequentam bibliotecas; já 18 alunos acreditam que a escola estimula a leitura de obras literárias.

Aqui podemos perceber, de modo geral, o contexto cultural em que os alunos estão inseridos, ou seja, de acordo com o que pontuou-se na fundamentação teórica, verifica-se que tais alunos vem de uma multiplicidade cultural e que, portanto, apresentam uma diversidade linguística considerável na sala de aula. Além disso, o fator leitura se mostrou bastante relevante, o que poderia servir de motivação não só para os professores aproveitarem a diversidade linguístico-cultural encontrada entre os estudantes, como para, a partir de suas realidades, explorarem as habilidades e competências também dos diversos tipos de textos existentes em nossa sociedade que nada mais são que um reflexo da multiplicidade de olhares existentes em nossa sociedade atual.

Esses dados também serviram para dar um panorama geral dos aspectos extralinguísticos que poderiam influenciar na relação que os alunos tem com a Língua Portuguesa, tanto dentro como fora da sala de aula.

Na segunda parte do questionário, no quesito apreciação da matéria de Língua Portuguesa, 18 dos alunos disseram gostar da disciplina, pois acreditam que com ela

aprendem a “falar direito”, escrevem melhor, embora apenas 9 deles disseram acreditar que sabem falar Português.

Nesse ponto, é possível reportar-se diretamente ao mito número 2 de Marcos Bagno que trata da crença do brasileiro em geral de que não domina sua própria língua. Em relação a esse mito Bagno(1999) diz:

Essas duas opiniões tão habituais, corriqueiras, comuns e que na realidade são duas faces de uma mesma moeda enferrujada, refletem o complexo de inferioridade, o sentimento de sermos até hoje uma colônia dependente de um país mais antigo e mais “civilizado”. (p.20)

Parece que os alunos aqui atribuem às aulas de Português um status de “tábua de salvação” para seus possíveis “erros” e dificuldades com a língua materna, visto que pretendem aprender a falar e escrever “melhor” quando, na verdade, sabe-se que o domínio de uma variedade ou outra está muito mais atrelado às competências e habilidades de linguagem desenvolvidas ao longo de nossa experiência com ela, bem como na interação diária que temos com os falantes da variedade em questão.

Ainda dos 25 alunos entrevistados, todos acreditam que a maneira como a professora ensina ajuda a melhorar a comunicação, pois são “corrigidos” quando falam ou escrevem e somente 1 deles acredita que o professor nem sempre fala tudo corretamente; 3 têm dificuldade de ler e interpretar textos e 02 de entender com clareza o que a professora fala. Também 10 desses mesmos alunos disseram sentir-se envergonhados ao serem “corrigidos” ao falar para a classe. Entretanto, somente 11 acham a Língua Portuguesa difícil e 16 afirmaram ter dificuldade de falar em público. No que diz respeito à correção, 24 deles disseram que a professora os corrige e aponta os “erros” ortográficos ao escrever uma redação.

Percebe-se a partir da fala dos alunos que a gramática padrão impera nas aulas de Língua Portuguesa ensinada na escola e que há uma cobrança intensa dos professores até constringendo-os quando não se comunicam de acordo com tal gramática. Não percebem eles que, ao invés de conduzir os alunos a práticas mais eficazes da língua, acabam por inibir e, quem sabe até, excluir, esse aluno do sistema de educação por não estimulá-lo a se comunicar em sua própria variedade linguística e, sim, a partir daí, levá-lo a transitar pelos demais graus de linguagem, de acordo com Travaglia (op. cit.), com práticas voltadas para tal.

Em relação ao Preconceito Linguístico, todos responderam que nunca ouviram falar sobre essa temática, apesar de 21 deles já terem sofrido deboches, risos e 1 que disse ter ouvido palavras como “burro” ao falar para a classe usando a língua não padrão.

Mais uma vez percebe-se de forma explícita o preconceito linguístico não só com relação ao que o aluno fala, mas numa clara declaração de que sua condição linguística está atrelada também a sua condição social.

Ao realizar as entrevistas com os 5 professores de Língua Portuguesa, todos da rede pública municipal que atuam em turmas de 7ª série, foi possível constatar que somente 1 deles não possui formação na área em que atua. Todos declararam que costumam “cobrar” muito uma escrita e fala “corretas” e exigem que os alunos escrevam de acordo com a gramática. Ainda todos os professores disseram que os alunos costumam fazer críticas quando algum colega fala de forma “diferente”.

Os professores entrevistados deixaram claro que costumam trabalhar a língua a partir da gramática com excessão de um deles que disse que “ensina” regras gramaticais, mas partindo das construções orais de cada aluno.

Aqui percebe-se as práticas dos educadores voltadas exclusivamente a somente um tipo de gramática que é a padrão, o que parece demarcar o território “seguro” de tal educador que prefere seguir a tradição a inovar em sala de aula, incluindo o discurso do seu aluno na preparação de suas aulas, levando em consideração o registro utilizado nas diversas situações de comunicação que, por ventura, este aluno possa trazer para sala de aula.

Em relação ao conceito de “erro de Português”, um dos entrevistados respondeu que quando o aluno fala com a linguagem popular, diferente da língua padrão, costuma considerar, não corrige, mas que tem “coisas” que o aluno fala que ele como professor de Português, não pode aceitar, “precisa corrigir”. O segundo professor a ser entrevistado respondeu que para ele “erro de Português” são expressões “que não tem nada a ver”, “expressões gritantes que sofrem influência da internet”; outro respondeu que “erro é não seguir as normas gramaticais”; o quarto professor disse que para ele “o que é errado é errado”, que ninguém fala a língua culta, mas que tem que cobrar do aluno que ele fale a referida língua e o último professor respondeu que “erro é de acordo com a gramática”.

Percebe-se que os professores aqui ainda insistem em trabalhar a língua como sinônimo de gramática padrão e não se dão conta de que seria mais efetivo trabalhar mais de um registro num exercício saudável de contrastes entre as diversas formas de se comunicar que a Língua Portuguesa possibilita a todos nós.

Dos 5 professores entrevistados, 4 disseram que seus alunos consideram a Língua Portuguesa difícil por causa da gramática ou por questões de “competência” e somente 1 disse que eles não a consideram difícil porque houve mudanças na forma de trabalhar com a mesma



em sala de aula. Um deles disse que seus alunos sabem falar Português e acredita que “todo mundo sabe”, “ pois a língua materna é o Português.”

No que diz respeito à aquisição da linguagem culta, 1 respondeu que é difícil, mas que tem que ser “cobrado”, 2 disseram que não é difícil e que a leitura ajuda muito, ainda 2 dos professores entrevistados disseram que na sala de aula eles costumam “cobrar” dos alunos uma fala mais próxima da linguagem padrão, mas que quando estes saem da escola, voltam a usar gírias e sua linguagem social.

Aqui parece que alguns professores estão convencidos de que a Gramática Normativa é indispensável, contribuindo assim para a afirmação preconceituosa da idéia de que “Português é muito difícil” mito que Marcos Bagno trabalha para tentar derrubar afirmando que “Portugues é uma língua difícil” proque temos de decorar conceitos e fixar regras que não significam nada para nós” (1999,p.35).

Quanto ao falar diferente, 2 professores disseram ter em sala de aula alunos que vieram de outras regiões como: Zona Rural, Rio de Janeiro e Manaus e que usam uma linguagem diferente dos demais, sendo que um deles, quando chegou à escola, todos estranharam, mas que agora todos já estão acostumados com o seu “linguajar”.

Mesmo aqui percebe-se que o professor apenas respeita a diferença, mas não procura fazer disso um material rico para abordar as demais formas de falar o Português em nosso país, tampouco em trabalhar as diferentes culturas a partir das variedades linguísticas trazidas por tais alunos.

Em relação às variações linguísticas, 2 professores disseram não trabalhar com os alunos sobre esse tema, 1 deles disse comentar sobre as diferenças, 1 dos entrevistados disse trabalhar as diferenças na escrita e 1 disse que vai começar a trabalhar sobre o assunto no 2º semestre partindo da Festa Junina onde poderá trabalhar a fala do “caipira”.

Percebe-se que alguns profissionais da Língua não conseguem aproveitar as diferenças que seus alunos apresentam no momento da comunicação e o conhecimento que ele traz consigo, o que acaba, algumas vezes, acarretando, além de problemas no aprendizado, a evasão escolar, “companheira fiel” da exclusão social.

Para finalizar a entrevista, foi perguntado a cada um dos professores se já ouviram falar em Preconceito Linguístico, ao que somente 1 disse que sim e todos os outros responderam negativamente.

A partir dessa análise, parece necessário uma reflexão por parte dos educadores sobre seus conceitos de formadores do cidadão crítico, em especial perante o contexto social dos educandos para que se possa mudar a realidade atual da Educação.

No que diz respeito à Língua Portuguesa, especificamente, é preciso que os professores e a Escola deixem de se restringir ao ensino da Gramática Normativa, bem como ao uso exclusivo da norma padrão na sala de aula, visto que esse educador precisa se tornar capaz de lidar com as diferenças lingüísticas, sociais, raciais etc, ampliando seus conhecimentos, respeitando outras culturas e realidades diferentes da sua, evitando discriminações e preconceitos, ferramentas essas, muitas vezes capazes de resultar na exclusão social.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultado da análise quali quantitativa dos dados da pesquisa, foi possível verificar, através das entrevistas, que o preconceito está presente nos discursos tanto dos professores quanto dos alunos, visto que todos parecem reagir de forma a corrigir o que não está de acordo com o uso da gramática padrão. Reconhece-se através de suas falas quando aparecem as expressões: “correto”, “errado”, “corrigir”, “cobrar”, a forma equivocada de encarar as diferenças de se expressar dos alunos. Percebe-se também que a ênfase dada à escrita é total e que há uma certa negligência em relação ao verdadeiro papel da língua falada.

Os professores, por sua vez, não falam da língua ou sobre ela, nem das possibilidades que a língua representa nas relações sociais do aluno. Ainda percebe-se que as intervenções feitas pelos professores parecem não ser baseadas em pressupostos teóricos da Sociolinguística e sim na gramática normativa. Assim, parece, no entanto, que a escola ainda não tem acesso às discussões que servem de instrumento à disseminação do preconceito. Tudo acontece como se todos fossem iguais desconsiderando principalmente as diferenças linguísticas.

O que se percebe é que a escola ainda não entende que a grande maioria dos alunos geralmente só tem acesso a diferentes culturas e grupos sociais na própria escola, o que traz à tona a preocupação em saber que nesse mesmo ambiente tão rico em diferenças, as crianças podem tornarem-se vítimas de preconceito e exclusão, o que pode ser considerado uma das mais perversas formas de violência enraizadas na nossa sociedade.

Assim, pensa-se que a escola deveria apresentar-se como um local de discussões e debates em busca da desconstrução de preconceitos e soluções para as injustiças sociais. Para tanto, os profissionais da Educação precisam ter bem claro seus posicionamentos teóricos, suas práticas escolares e os objetivos de seu trabalho. Se faz importante questionar o que tenta-se transmitir, de que maneira e qual sentido nossos alunos dão ao que lhes é transmitido pois, como nos diz Bagno (1999), a melhor maneira de sabotarmos o preconceito é “formando-nos e informando-nos”

No entanto, também não podemos pensar que a escola é a única responsável pela disseminação do preconceito em nossa sociedade mas, como diz Louro (apud.1997, p.86):

Sem alimentar uma postura reducionista ou ingênua - que supõe ser possível transformar toda a sociedade a partir da escola ou supõe ser possível eliminar as relações de poder em qualquer instância - isso implica adotar uma atitude vigilante e contínua no sentido de procurar desestabilizar as divisões e problematizar a conformidade com o 'natural'; isso implica disposição e capacidade para interferir nos jogos de poder.

Dessa forma, tal situação requer uma urgente mudança de atitude por parte dos profissionais da Educação os quais devem deixar de reduzir o ensino da língua à gramática normativa, isso a partir do momento em que tomarem ciência da visão distorcida de que ensinar Língua Portuguesa é apenas ensinar gramática normativa.

A partir disso, se faz necessária uma constante reflexão sobre suas práticas e bases teóricas. Acredita-se que é somente com a “crítica ativa da nossa prática diária em sala de aula” (BAGNO,1999,p 140) que pode-se concretizar o sonho do convívio na diversidade. Assim, deve-se considerar que todos são diferentes e deve-se estar atentos contra o preconceito.

Para finalizar, acredita-se que a alegria de conduzir o tema investigado ao ambiente escolar, estabelece uma importante oportunidade de troca com a realidade, no que tange o Preconceito Linguístico na 7ª série das escolas municipais de Jaguarão.

## 6 REFERÊNCIAS

ALKMIN, T. Sociolingüística. In: MUSSALIN, F; BENTES, A. C. **Introdução à lingüística**. São Paulo: Cortez, 2001.

BAGNO, M. **Dramática da Língua Portuguesa: tradição gramatical, mídia & exclusão social**. São Paulo: Edições Loyola, 2001

\_\_\_\_\_. **A Língua de Eulália: novela Sociolingüística**. 11.ed São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz**. 49.ed. São Paulo: Loyola, 1999.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna: a sociolingüística em sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2004.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização & lingüística**. São Paulo: Scipione,(1995)

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, Escrita e Poder**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2001.

HORA, D, **Estudos Sociolingüísticos: Perfil de uma comunidade**. João Pessoa, (2004)

LOURO. G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes,1997.

LYONS, John. **Linguagem e Lingüística**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. São Paulo: Cortez, 2001.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: Princípios e procedimentos**. 6 ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: 5ª a 8ª séries do ensino fundamental: Língua Portuguesa/ Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1997.

SARFATI, Georges-Élia. **Princípios da Análise do discurso**. São Paulo: Ática, 2010.

SOARES, Magda. **Linguagem e Escola**. Uma perspectiva social. 11.ed. São Paulo: Ática, 1994.

SOUSA, R. M. **Gênero Discursivo Mediacional, da elaboração à recepção**: uma pesquisa na perspectiva etnográfica. Brasília: UnB: 2006. (Tese inédita de doutorado)

TARALLO, F.; ALKIMIM, T. **Falares crioulos: línguas em contato**. São Paulo: Ática, 1987.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e Interação**. São Paulo:Cortez, 1997.

## 7.ANEXOS

### 7.1 Anexo I

#### ENTREVISTA COM OS ALUNOS

#### I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO(A) ALUNO(A)

1.Nome:\_\_\_\_\_Telefone:\_\_\_\_\_

2.Sexo: ( ) masculino; ( ) feminino.

3.Idade:\_\_\_\_\_

4. Residência: ( ) em Jaguarão; ( ) em outra cidade.  
Qual?\_\_\_\_\_

5. Escola:\_\_\_\_\_

#### 6. Família:

a) Idade do pai:\_\_\_\_\_

b)Escolaridade do pai:\_\_\_\_\_

( ) Ensino Fundamental (antigo 1º grau) incompleto

( ) Ensino Fundamental (antigo 1º grau) completo

( ) Ensino Médio(antigo 2º grau) incompleto

( ) Ensino Médio(antigo 2º grau) completo

( ) Curso Superior (3º grau) incompleto

( ) Curso Superior (3º grau) completo

( ) Pós-Graduação incompleto

( ) Pós-Graduação completo

c) Profissão do pai:\_\_\_\_\_

d) Idade da mãe: \_\_\_\_\_

e) Escolaridade da mãe:

( ) Ensino Fundamental (antigo 1º grau) incompleto

( ) Ensino Fundamental (antigo 1º grau) completo

( ) Ensino Médio (antigo 2º grau) incompleto

( ) Ensino Médio (antigo 2º grau) completo

( ) Curso Superior (3º grau) incompleto

( ) Curso Superior (3º grau) completo

( ) Pós-Graduação incompleto

( ) Pós-Graduação completo

f) Profissão da mãe: \_\_\_\_\_

(SE necessário)

g) Idade do(a) responsável: \_\_\_\_\_

h) Sexo: ( ) masculino; ( ) feminino.

i) Grau de parentesco: \_\_\_\_\_

j) Escolaridade do(a) responsável:

( ) Ensino Fundamental (antigo 1º grau) incompleto

( ) Ensino Fundamental (antigo 1º grau) completo

( ) Ensino Médio (antigo 2º grau) incompleto

( ) Ensino Médio (antigo 2º grau) completo

( ) Curso Superior (3º grau) incompleto

( ) Curso Superior (3º grau) completo

( ) Pós-Graduação incompleto

( ) Pós-Graduação completo

K) Profissão do(a) responsável: \_\_\_\_\_



## II – HISTÓRICO FAMILIAR E SUA INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO CULTURAL DO(A) ENTREVISTADO(A) (gravações a partir daqui)

1. Moras  com a família   
 outro: \_\_\_\_\_

2. Participas de atividades culturais e/ou sociais? Quais?

igreja  clubes sociais  cinema  teatro  
 espetáculos musicais  CTG  festas   
 outra(s): \_\_\_\_\_

3. Quais dos objetos ou produtos culturais abaixo tens em tua casa?

CDs  DVDs  jornais  revistas  livros  
 revistas de história em quadrinhos   
 outro(s): \_\_\_\_\_

4. Tens acesso a computadores e à internet?  sim  não

**(Em caso afirmativo)**

5. Tens acesso:  em casa  na escola  em lan houses  na casa de amigos

## III.FORMAÇÃO DO LEITOR E PRÁTICAS DE LEITURA: PERFIL DO(A) ENTREVISTADO(A)

1. O hábito da leitura está presente em tua vida?  sim  não

**(Em caso afirmativo)**

2. Desde quando cultivas o gosto pela leitura?

antes da pré-escola, em casa  a partir da pré-escola

durante o Ensino Fundamental

3. Costumas utilizar as bibliotecas virtuais disponíveis na Internet?  sim  não

4. Costumas utilizar a biblioteca da escola?  sim  não

5. Em relação ao gênero, preferes ler

poesias  contos  crônicas  romances  biografias

auto ajuda  romances espíritas  livros de História

6. Em média, quantos livros costumas ler?

a) por mês:  nenhum  um  dois  três  mais de três

7. Na tua opinião, a escola estimula a leitura de obras literárias?  sim  não

8. Quando o professor propõe atividades de leitura de obras literárias, como reages?

com entusiasmo, pois adoras ler.

com indiferença, pois achas que essas leituras em nada contribuem para tua formação.

com desinteresse, pois costumas ler apenas por obrigação.

com desgosto, pois detestas ler.

9. Na disciplina de Língua Portuguesa, são apresentadas propostas de leitura de obras literárias?  sim  não

#### IV. PRÁTICA DE LINGUAGEM

1. Você gosta da matéria Língua Portuguesa?

sim  não  mais ou menos

Por quê?

2. Você acha que sabe falar Português?

sim  não  um pouco

3. O jeito que a professora ensina o Português te ajuda a melhorar sua comunicação?

sim  não  às vezes

4. Você tem dificuldade de ler e interpretar textos?

sempre  não  às vezes

5. Quando você fala ou escreve textos, é corrigido pelo professor ou colega de sala?

sempre  c/ frequência  raramente  nunca

6. Como você acha que fala a sua língua?

bem  mais ou menos  ruim

7. Como você acha que fala o Português?

Porquê?

8. Você acha que a sua professora fala bem?

9. Você não tem dificuldade de entender o que ela fala?

10. Alguém já te corrigiu quando você está falando?
11. Quando te corrigem, quando você está falando, o que você sente?
12. Você acha que a nossa língua, a língua portuguesa, é uma língua difícil?
13. Quando você vai fazer uma redação, quando você vai falar na frente da sala de aula, fazer um teatro, você acha difícil?
14. Quando você vai fazer redação, sua professora corrige e aponta as falhas de escrita?
15. Você já ouviu falar em Preconceito Linguístico?
16. Você já sofreu algum tipo de preconceito Linguístico?

## **7.2 Anexo II**

### **ENTREVISTA COM PROFESSOR**

- a) Como é o seu relacionamento com o aluno na sala de aula em relação ao uso da Língua Portuguesa?
- b) E o relacionamento aluno-aluno? Já observou se os alunos se criticam quando usam maneiras diferentes de falar?
- c) E com relação ao “falar errado”, eles costumam criticar?
- d) Como você trabalha o conteúdo de Língua Portuguesa? Costuma utilizar regrinhas para mostrar a língua culta conforme a gramática, aos seus alunos?
- e) O que é erro de Português para você?
- f) Seus alunos consideram a Língua Portuguesa difícil?
- g) Você acha que seus alunos sabem falar o Português? Por quê?
- h) Você considera uma dificuldade a aquisição da linguagem culta?

- i) Na sala de aula, existem alunos que utilizam uma linguagem diferente? De outra região ou zona rural? Se existe, como recebem essa diferença de língua?
- j) Você trabalha as variações lingüísticas com seus alunos? De que maneira?
- l) Como seus alunos costumam reagir/debater esse tema tão polêmico?
- m) Você já ouviu falar em Preconceito Linguístico?

### **7.3 Anexo III**

CD COM AS ENTREVISTAS